



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0001667-84.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo**
 Documento de Origem: **IP - 012/2014 - 2º Distrito Policial de São Carlos**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **LUCAS HENRIQUE DE SOUZA SOARES**
 Vítima: **Bruno Henrique Cardoso**

Aos 14 de julho de 2014, às 14:00h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do(a) MM. Juiz(a) de Direito Dr(a). ANDRÉ LUIZ DE MACEDO, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência de instrução, debates e julgamento**, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, compareceu o Promotor de Justiça, **Drº Rafael Amâncio Briozo – Promotor de Justiça Substituto**. Presente o réu LUCAS HENRIQUE DE SOUZA SOARES, acompanhado de defensor, o Drº **Lucas Corrêa Abrantes Pinheiro – Defensor Público**. A seguir foi ouvida a vítima, duas testemunhas comuns e interrogado o réu. **Pela defesa foi dito que** desistia da inquirição da testemunha de defesa, o que foi homologado pelo MM. Juiz. Como não houvesse mais prova a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução. **Pelas partes foi dito que não tinham requerimentos de diligências**. Não havendo mais provas a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução e determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra ao DR. PROMOTOR**:MM. Juiz: Lucas Henrique de Souza foi denunciado e processado como incurso na figura típicas do art. 157, *caput* do CP. Recebida a denúncia em 7 de abril de 2014 (fls. 40), o réu foi citado (fls. 63), apresentou resposta à acusação (fls. 66/67) e foi interrogado. Durante a instrução foram ouvidas a vítima e duas testemunhas arroladas pela acusação. A ação penal deve ser julgada procedente. Encerrada a instrução, não restam dúvidas quanto à prática do crime. O réu confessou a prática do crime. Corroborando a confissão, a vítima disse que o réu se aproximou dela e, simulando o porte de uma arma, anunciou o assalto e exigiu a entrega da bicicleta e do aparelho celular. Temerosa, entregou ao réu sua bicicleta e um aparelho celular. Segundo a vítima, após o crime soube pela imprensa da prisão do réu pela prática de outro crime e prontamente o reconheceu. A vítima reconheceu o réu na delegacia por meio de fotografia e, em Juízo, de forma convicta, voltou a reconhecê-lo. Ademais, as circunstâncias da identificação do réu – preso logo após os fatos pela prática e outro crime – e o fato dele já possuir outros antecedentes por crimes contra o patrimônio dão credibilidade à versão da vítima. A subtração deu-se mediante grave ameaça, já que o réu simulou o porte de uma arma e exigiu da vítima a entrega de seus pertences mediante ameaça. Nesse particular, a idade da vítima, adolescente de dezesseis anos à época dos fatos, deve ser considerada. Assim, a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

condenação é de rigor, diante da ausência de causas excludentes da ilicitude ou dirimentes da culpabilidade. As circunstâncias dos fatos são comuns ao delito que lhe é imputado, de modo que a pena-base deverá ser fixada no patamar mínimo legal. Na segunda fase, embora o réu seja reincidente, pesam em seu favor a confissão e menoridade relativa, devendo a pena permanecer no patamar mínimo. A reincidência do réu veda a concessão de qualquer benefício e impõe o regime inicial fechado para o cumprimento da pena. Diante do exposto, insisto no pedido de condenação do réu nos exatos termos da denúncia. **DADA A PALAVRA A DEFESA:** MM. Juiz: O réu é confesso e a confissão harmoniza-se com o restante da prova. A confissão demonstra arrependimento. O réu também é menor de 21 anos. Na dosimetria da pena, requeiro o reconhecimento da confissão e menoridade como atenuantes, que deverão compensadas com a reincidência, mantendo a pena no mínimo legal. As circunstâncias judiciais do artigo 59 são amplamente favoráveis e não recomendam exasperação ao final da primeira fase. O regime inicial poderá ser o semiaberto, observando a defesa que estão presentes os requisitos da Súmula 269 do STJ. Requeiro por fim, o direito de apelar em liberdade. **Pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença:** "VISTOS. LUCAS HENRIQUE DE SOUZA SOARES, qualificado as fls.36, com foto as fls.11, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 157, *caput*, do Código Penal, porque em 16.01.2014, por volta de 19h30, na Avenida José Pereira Lopes, 1440, jardim Botafogo, em São Carlos, subtraiu para si, mediante grave ameaçada exercida contra a vítima Bruno Henrique Cardoso, uma bicicleta da marca Gallo, tipo Mountain Bike, na cor laranja, e um aparelho celular marca Samsung, bicicleta avaliada em R\$450,00 e celular avaliado em R\$150,00. Recebida a denúncia (fls.40), houve citação e defesa preliminar, sem absolvição sumária (fls.68). Nesta audiência foi ouvida a vítima, duas testemunhas comuns, uma testemunha de defesa e interrogado o réu. Nas alegações finais o Ministério Público pediu a condenação, com fixação do regime inicial fechado. A defesa pediu o reconhecimento das atenuantes da menoridade e confissão, regime semiaberto e o direito de recorrer em liberdade. **É o Relatório. Decido.** O réu confessa, em parte, a conduta que lhe foi atribuída. Nega ter agido com grave ameaça, mas admite a subtração dos bens. A vítima reconheceu o réu na audiência e declarou que houve a grave ameaça, pois o réu fez um movimento como se tivesse algo na cintura e disse que não queria matar ninguém, deixando clara a existência da grave ameaça. A palavra da vítima prevalece. Não há indício de que tentasse mentir ou prejudicar indevidamente o réu. Os policiais militares não presenciaram o delito, mas a prova é suficiente para a condenação, havendo em favor do réu a atenuante da menoridade e contra ele a agravante da reincidência (fls.59). Ante o exposto, julgo **PROCEDENTE** a ação e **condeno** Lucas Henrique de Souza Soares como incurso no art.157, *caput*, c.c. art.61, I, e art.65, I, do Código Penal. Passo a dosar a pena. Atento aos critérios do art.59 do Código Penal, fixo-lhe a pena-base no mínimo legal de 04 (quatro) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa, calculados cada um na proporção de um trigésimo do salário mínimo vigente na época dos fatos, atualizando-se pelos índices de correção monetária, já considerada a atenuante da menoridade, que se compensa com a reincidência, mas não pode trazer a sanção abaixo do teto mínimo. A pena privativa de liberdade deverá ser


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

cumprida inicialmente em **regime semiaberto**, nos termos do art.33, e parágrafos, do Código Penal, considerado proporcional, necessário e suficiente para a reprovação e prevenção contra a prática de novas infrações, notadamente diante da parcial confissão do réu, que não serve como atenuante, mas indica aparente arrependimento, e também levando em conta que o prejuízo da vítima não supera o patamar de um salário mínimo. Observo que o réu está preso por outro processo e já foi condenado num terceiro delito (fls.59) praticado em 11.05.13, o que indica a reiteração criminosa, a qual, por sua vez, atenta contra a garantia da ordem pública e justifica a custódia cautelar. O réu não poderá recorrer em liberdade, por estarem presentes os requisitos da prisão preventiva, que fica decretada. Expeça-se mandado de prisão. Coloque-se tarja azul nos autos. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados presentes, registre-se e comunique-se. Eu, CARLOS ANDRE GARBUGLIO, digitei.

MM. Juiz: Assinado Digitalmente

Promotor:

Defensor Público:

Ré(u):